

Memórias dos profissionais da preservação no acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional do Brasil: 1880 a 1980

Preservation professionals' memories in the bibliographic collection of the National Library of Brazil: 1880 to 1980

Thais Helena de Almeida*
Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu**

Resumo: Estudo das memórias dos conservadores, restauradores e encadernadores que trabalharam na Biblioteca Nacional entre as décadas de 1880 e de 1980. A pesquisa procurou refletir como as ações e as mudanças de perspectiva da preservação do acervo foram influenciadas pela trajetória do pensamento internacional e de que forma estas as memórias são capazes de elucidar a projeção da instituição no âmbito da cultura preservacionista. As questões propostas permitiram concluir que estes profissionais surgiram de uma necessidade institucional, se apoiando em práticas orientadas por teorias e pensamentos internacionais, tendo sua trajetória contribuído para projetar a instituição como a principal disseminadora de uma cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

Palavras-chave: Memória Social. Biblioteca Nacional. Preservação. Conservação. Restauração.

Abstract: Study of the preservation professionals' memories, restorers and bookbinders who worked in the National Library between the 1880s and 1980s. The research is on how actions and changes in the perspective of preservation of the collection were influenced by the trajectory of international thought and how these memories are capable of elucidating the projection of the institution within the framework of the preservationist culture. These research allowed us to conclude that these professionals arose from an institutional need, based on practices guided by international theories and thoughts, and their trajectory contributed to design the institution as the main preservationist culture disseminator within the scope of bibliographic collections in Brazil.

Key-words: National Library. Preservation. Restoration.

1. Introdução

A Biblioteca Nacional do Brasil contou desde sua formação com profissionais que assumiram as atividades de zelar pelo seu acervo bibliográfico e documental. Com o passar do tempo e da ampliação de seu acervo, os profissionais foram

* Restauradora da Fundação Biblioteca Nacional. Doutora em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. E-mail: thais.slaibi@bn.gov.br

** Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), estágio de Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no curso de Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social. E-mail: abreuregin@gmail.com

aprimorando o cuidado e se especializando na sua preservação. Este artigo pretende problematizar as questões do esquecimento e dos rastros das memórias desses profissionais, sobretudo os profissionais conservadores-restauradores e encadernadores. Ao identificar o primeiro profissional responsável pela restauração do acervo, a partir de 1882, a pesquisa prosseguiu para o século XX, delimitando seu período até a década de 1980, quando surgem mudanças no entendimento do conceito de preservação de acervos, que reuniu as áreas de conservação, restauração e conservação preventiva, que passou a contemplar o controle das condições ambientais, a prevenção contra riscos e o salvamento de coleções em situações de emergência, a armazenagem e conservação de acervos culturais. Este trabalho pretende responder algumas questões que nortearam a pesquisa: É possível reconstruir uma memória preservacionista através das memórias dos profissionais e documentos institucionais? É possível estabelecer uma relação de influências teóricas e práticas das ações profissionais com a trajetória do pensamento preservacionista internacional e a mudança de perspectiva da preservação de acervos bibliográficos e documentais na Biblioteca Nacional?

Nos rastros desses profissionais, o conceito de pegadas de Elizabeth Jelin, representadas por rastros armazenados, guardados passivamente, informação arquivada na mente das pessoas, em registros, em arquivos públicos e privados, em formato eletrônico e em bibliotecas, constituiu o caminho e o objeto para a elaboração dessa narrativa. A autora adverte que essas pegadas em si mesmas não constituem “memória”, a menos que sejam evocadas e localizadas em um marco que lhes dê sentido (JELIN, 2002, p 30). Trabalhando também com o entendimento de que a memória é construída social e individualmente, sofrendo flutuações em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa, a obra de Michael Pollak é um caminho nessa pesquisa quando afirma que nas representações coletivas existe subjacente um conjunto de interesses explícitos ou implícitos que acabam determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais. Daí a importância de se entender a lógica da ação coletiva a partir das representações que os grupos elaboram sobre o funcionamento de seu mundo e as ações para mantê-lo ou modificá-lo (POLLACK, 1992, p. 200-212). Para dar contexto a discussão e entendimento da importância dessas memórias num lugar de vestígios da memória e de representação de grupos, a história e a formação das coleções da Biblioteca Nacional precisaram também ser acionadas.

Com o objetivo de responder às questões propostas, o artigo está estruturado na atuação dos profissionais conservadores, restauradores e encadernadores e problematiza suas atividades, estudos e tensões no pensamento preservacionista da instituição.

A pesquisa se orientou pelo procedimento metodológico do estudo de caso, pois será analisada a atuação destes profissionais segundo a lógica em que os sujeitos nos permitem uma reflexão do *corpus operandi* através de vestígios documentais e registros orais para dar forma a uma teia de memórias, uma narrativa possível para a construção do ato de preservar.

Este artigo é parte integrante da tese de doutorado defendida no curso de Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em 2019.

2. Biblioteca Nacional, um lugar de memória e preservação.

Foi com o desejo de acumular os saberes produzidos pela humanidade em suas diversas áreas do conhecimento que os reis de Portugal dedicaram parte de seus esforços à reunião de livros, mapas, gravuras e documentos para a formação de uma Real Biblioteca, símbolo do saber acumulado pelo seu império e à criação de uma imagem de país culto, detentor de conhecimento universal, amante das artes e das ciências. Mas, indiferente aos interesses e às paixões que moviam esses homens, o fogo que se seguiu ao terremoto que assolou a cidade de Lisboa, em 1º de novembro de 1755, destruiu a Real Biblioteca, usando como combustível o rico acervo reunido por gerações de monarcas.

Após esse avassalador episódio começaram a reconstrução da Real Biblioteca encarregando representantes do reino de Portugal e comerciantes a tarefa de selecionar e adquirir, além de livros, materiais diversos em diferentes centros culturais europeus. O acervo foi aos poucos acrescido de valiosas doações e também das propinas, que correspondiam à doação ao Estado de um ou mais livros de cada edição produzida na Real Tipografia, acabaram ajudando a enriquecer a Real Biblioteca (SCHWARCZ, 2002, p. 146).

Mas outro risco para a Real Biblioteca além do fogo e da água se aproximava. A conturbada conjuntura política internacional do final do século XVIII e o início do século XIX ameaçava a dinastia dos Bragança. Com as tropas francesas batendo à porta da cidade de Lisboa, em 1807, a transferência da Família Real e sua corte para

o Rio de Janeiro mostrou-se uma estratégia política para conservar a soberania portuguesa em terras tropicais. Temendo pela segurança da Biblioteca Real decidiu-se por embarcar seu acervo para o Rio de Janeiro dividido em três viagens: no início de 1810, março de 1811 e os últimos caixotes de livros chegaram em 19 de novembro de 1811 (SCHWARCZ, 2002, p. 269).

Instalada em terras brasileiras, no hospital da Ordem Terceira do Carmo, no centro da cidade, a Real Biblioteca continuou aumentando seu acervo através de aquisições e de doações de coleções particulares de livros, manuscritos, gravuras, mapas, assinaturas de periódicos estrangeiros e livros impressos em Portugal, cumprindo a exigência de propinas e mais tarde, já no século XX, pela aplicação da lei do Depósito Legal no Brasil (BRASIL, 1907).

Atualmente a Biblioteca Nacional, maior biblioteca pública brasileira e uma das maiores bibliotecas nacionais do mundo. É com o entendimento da dimensão da biblioteca e do que esta representa para a sociedade, que fomos pesquisar as memórias daqueles que dedicam sua vida à preservação do patrimônio que esse espaço guarda em uma verdadeira alquimia do saber. Diante do imenso acervo que as bibliotecas guardam muitas vezes o trabalho daqueles que se dedicam à conservação e restauração acaba não sendo percebido pelo olhar do leitor, encantado e envolvido na dimensão quase infinita das prateleiras e volumes de uma biblioteca.

Nas referências das ações de preservação do seu acervo e de seus profissionais, algumas se repetiam e citavam quase sempre as mesmas informações a partir da instalação da Oficina de Encadernação, em 1902, ainda no edifício do Largo da Lapa, a criação do Laboratório de Restauração, instalado na sede da Av. Rio Branco, em 1948, uma missão desempenhada pelo restaurador do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Edson Motta, e, mais tarde, a reestruturação do Laboratório de Restauração, em 1984, com a capacitação de servidores no exterior e investimento em equipamentos mais modernos, possibilitando a implantação de novas técnicas.

Estes três momentos aparecem em algumas publicações e entrevistas como na dissertação da chefe do Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional, Gilvânia de Lima, sobre *Os desafios da preservação e da exposição de obras de arte: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional*, de 2016. No capítulo dedicado ao desenvolvimento da conservação e restauração na biblioteca, embora mencione a preocupação de alguns funcionários, ainda no século XIX, quanto a qualidade da encadernação e restauração dos livros, volta sua atenção para a

instalação da Oficina de Encadernação, em 1902 e seu fechamento em 1931, para em seguida citar a instalação do Laboratório de Restauração, em 1948, pelo restaurador Edson Motta e a criação do novo laboratório em 1983 (LIMA, 2016, p. 20-23 e 27). Em depoimento, Waldir da Cunha, que trabalhou como chefe do Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional até a década de 1990, disse lembrar do restaurador Edson Motta que trabalhava no Laboratório de Restauração, apesar de nunca tê-lo visto na instituição (CUNHA, 2016). O historiador Gilberto de Carvalho também reforça esses momentos em sua obra *Biblioteca Nacional: 1807 a 1990*, ao lembrar do esforço para a implantação da Oficina de Encadernação, em 1902, as obras para o laboratório, na década de 1940, e o trabalho da direção para reestruturar o laboratório e capacitar os funcionários da restauração no exterior, na década de 1980 (CARVALHO, 1994, p. 86, 109-115 e 133). Os períodos entre tais marcos eram, a meu ver, incômodas lacunas, cujas lembranças na instituição pareciam inexistentes. Foram esses períodos de ausências, invisíveis aos olhos, mas latentes em suas potências, que atraíram o meu pensamento e me levaram ao desafio de buscar iluminá-los.

3. As primeiras ações de preservação na Biblioteca Nacional no século XIX

Quando Ramiz Galvão (1870-1882) assumiu a direção da instituição, em 1870, ela passava por uma série de graves problemas administrativos e estruturais, que desde sua mudança para a Rua da Lapa, em 1853, não tinha sofrido nenhum importante reparo. A preocupação constante com os empréstimos e saída de livros para encadernar em oficinas contratadas, outro grave problema, gerou um relatório sugerindo a instalação de uma oficina de encadernação na instituição (GALVÃO, 1884-1885, p. 137-138).

Entre 1873 e 1874, Ramiz Galvão, em viagem pela Europa, teve a oportunidade de visitar diversas instituições como a Biblioteca do Museu Britânico, Biblioteca Nacional de Paris, Biblioteca Mazarine, Biblioteca Genoveva, Biblioteca do Arsenal (todas em Paris), Biblioteca Real de Munique, Biblioteca Imperial de Viena, Biblioteca Real de Berlim, Biblioteca Nacional de Florença, Biblioteca Mediceo-Laurençiana, Biblioteca de Roma, Bibliotecas Públicas de Milão, Bibliotecas Públicas de Bruxelas e Haya e Biblioteca Nacional de Lisboa. Observou como estas instituições tratavam seus acervos para preservá-los. Algumas observações transcritas em seu relatório de viagem ajudam a entender os desdobramentos de várias ações de conservação e restauração no acervo da biblioteca.

Nas grandes bibliotecas, como as de Paris, Londres, Roma e Lisboa, o bibliotecário encontrou a figura do conservador, que segundo ele, deveria ter “curso completo de qualquer escola superior, nacional ou estrangeira; perfeito conhecimento das linguas latinas e francezas” (GALVÃO, 1874, p. 79). O cargo de conservador seria ocupado simplesmente por merecimento, alguém em que a diretoria conhecesse e confiasse na sua capacidade intelectual e profissional (GALVÃO, 1874, p. 17-20 e 24). Esta informação corrobora a ideia de que não era o conservador que “conservava” o acervo, como compreendemos hoje, notadamente um profissional especializado em intervenções para estabilizar fisicamente os suportes dos acervos culturais, mas sim o profissional que zelava pela seção em que trabalhava e pelo cuidado com o livro.

Na Biblioteca do Museu Britânico, na Seção de Cartas Geográficas, observou que os mapas eram colados em papel encorpado, dobrados o mínimo possível, guardados justapostos em fundos de gavetões de uma mesa, como uma mapoteca, sobre a qual se podia também trabalhar. Na seção de mapas da Biblioteca Nacional de Paris, observou também que o sistema de rolos já tinha sido de todo abolido e os mapas eram colados sobre pano. Uma das normas da Biblioteca de Paris era que as estampas, por serem raras e muito suscetíveis a estragos, não saíam da instituição. Por isso, eram tratadas em uma oficina anexa à seção, onde eram coladas em folhas de papel encorpado, uma para cada folha, e conservadas reunidas por meio da chamada “encadernação mecânica” (*reliure mobile*) (GALVÃO, 1874, p. 39), sistema que se aproximava de um fichário moderno.

De volta, Ramiz Galvão mandou confeccionar mesas para guardar os mapas e alguns ganharam reforço de tecido, à maneira de fazer na Biblioteca de Paris. Mandou vir de Paris e de Lisboa todos os modelos da encadernação mecânica, pois queria escolher um, ou mesmo propor um novo modelo (GALVÃO, 1874, p. 5-8). Na sua avaliação sobre o estado de conservação do acervo, cerca de dois terços dessas estampas precisavam de “lavagem apropriada e de nova colagem sobre folhas de papel encorpado da mesma grandeza.” Segundo Ramiz Galvão, o meio de aproveitá-las era de “criar na biblioteca um serviço especial para a iconografia” (GALVÃO, 1874, p. 16).

Ramiz Galvão provavelmente entendeu que este poderia ser o momento de se criar condições para tratar as estampas preciosas na biblioteca. Para ocupar a chefia da Seção de Estampas convidou, em 1876, o médico e professor José Zeferino de Menezes Brum. Ainda em 1876, Menezes Brum escreveu entusiasmado sobre o “ensaio de lavagem e restauração” em três estampas pequenas, velhas e manchadas,

que, segundo ele, foi muito bem sucedido, mas lamentou a falta “de uma oficina especial com os cômodos e preparativos necessários para o trabalho” (REGISTROS...,1876-1899). As notícias sobre o trabalho de restauração começaram a surgir, de fato, no relatório de 1881, com a chegada à seção de uma mesa com “leito de mármore e vários utensílios necessários à lavagem e conserto das estampas” (REGISTROS...,1876-1899). Com a chegada dos materiais e da organização do espaço na Seção de Estampas, no relatório concernente aos anos de 1881 e 1882, aparece Sébastien Auguste Sisson, litógrafo francês que não só doaria obras de arte, algumas de sua autoria, à instituição, mas também, teria “se prestado espontânea e desinteressadamente a fazer difíceis e importantes reparações nas estampas da Biblioteca Nacional que se encontravam estragadas” (REGISTROS..., 1876-1899).

Outro nome começou a ser associado a este trabalho na Seção de Estampas: Antonio Luiz Pinto de Montenegro, Cavaleiro da Ordem Imperial da Rosa. São poucas as informações sobre sua vida e sua formação, mas nos registros aparece como auxiliar, admitido em 1876. Seu trabalho na Seção de Estampas se iniciou em 1879, cumprindo a função de “tirar bilhetes” de estampas (catalogar). Embora, na avaliação de Menezes Brum, fosse “moroso e pouco expedito no serviço”, reconhecia que seu trabalho era limpo e bem feito (RELATÓRIO CHEFES..., 1879). Montenegro permaneceu na função de tirar bilhetes até 1883, quando assumiu as atividades de restauração, o que nos leva a crer que teria aprendido o trabalho, acompanhando as restaurações executadas por Sisson entre os anos de 1881 e 1882. A partir de 1883, os relatórios de chefia da Seção de Estampas e da direção da biblioteca passaram a descrever os trabalhos de restauração realizados por Montenegro, sobretudo nas coleções de estampas de Diogo Barbosa Machado e a Araujense.

Seu desempenho na função de restaurador recebeu repetidos elogios de Menezes Brum, em 1883, se referindo ao “serviço do habilíssimo auxiliar sr. Montenegro, o qual já reparou e restaurou do modo admirável” estampas da coleção Araujense. Em 1885, Menezes Brum elogia a “restauração das folhas estragadas dos volumes da collecção Araujense, trabalho devido à reconhecida perícia do auxiliar sr. Montenegro”. No relatório de 1886, se refere ao “trabalho executado pelo auxiliar sr. Montenegro com aquela habilidade e perfeição que lhe são habituais” (REGISTROS..., 1876-1899). Assim, a partir de 1883 os relatos sobre o trabalho de restauração vão ganhando mais atenção e Menezes Brum já contava definitivamente com Montenegro para a lavagem, reparos, clareamento do suporte e a reintegração cromática das imagens (CATÁLOGO..., 1883-1884, p. 581).

Dos poucos registros sobre os materiais e equipamentos utilizados para a restauração, algumas notas de compra aparecem no livro de Contas de 1869 a 1891. Alguns objetos puderam ser identificados, como um “vaso para lavar estampas”, uma chaleira para a Seção de Estampas, usada para aquecer a água para a “lavagem” das obras (CONTAS, 1869-1891). A única descrição encontrada de um processo completo de restauração de gravuras foi publicada nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, de 1896 (CATÁLOGO..., 1896, p. 432). Nos períodos mencionados, ainda eram poucas as publicações sobre técnicas e metodologias aplicadas à restauração de papel. No entanto, as obras *Essai sur l'art de restaurer les estampes et les livres: ou, Traité sur les meilleurs procédés pour blanchir, détacher, décolorier, réparer et conserver les estampes, livres et dessins*, de autoria do bibliófilo, ensaísta e desenhista Alfred Bonnardot (1808-1884), datada de 1858 e o manual *Restauração de quadros e gravuras* de Manuel Maria de Macedo, escritor, pintor, cenógrafo, ilustrador e conservador português do Museu Nacional de Belas Artes de Lisboa, publicado em 1885, que discorrem sobre a prática das intervenções e sobre os produtos químicos empregados na restauração de papel, constam no acervo da biblioteca. Contudo, não se pode afirmar que teriam usado as informações contidas nos livros, mas utensílios comprados para iniciar os trabalhos de restauração e técnicas apresentadas em relatórios das chefias coincidem com as tratadas nessas obras. O que se pode observar é que informações trazidas por Ramiz Galvão durante sua viagem à Europa sobre técnicas e práticas da restauração foram incorporadas à rotina de preservação da instituição, sobretudo ao entelamento de mapas e encadernação mecânica e algumas técnicas descritas nas literaturas, como banho de água quente e técnicas de secagem aparecem em alguns relatórios (SLAIBI, 2019, p. 119-121).

Embora Montenegro fosse um excelente profissional, ter um único restaurador responsável pelo trabalho na Seção de Estampas causava alguns inconvenientes, pois às vezes ele pedia licenças para tratamento de saúde ou se afastava para participar como jurado nos tribunais (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 489).

Para tentar remediar esse problema, solicitou os trabalhos de Carlos Peixoto por três semanas (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p. 489). É ainda menos conhecida a vida de Carlos Peixoto. Deste novo integrante da equipe, se sabe apenas que foi nomeado auxiliar em 1884, trabalhava na Sala de Leitura e ajudava como restaurador. Esta parceria, que inicia em 1885, possibilitou o andamento dos trabalhos de restauração naquele ano (RELATÓRIO CHEFES..., 1882-1888, p.521- 522, 537, 560, 569, 577, 590, 597, 606).

Menezes Brum se aposentou no dia 11 de março de 1892, deixando definitivamente a Biblioteca Nacional (OFÍCIO Nº 513, 1882-1893, p.17). Entretanto, seu sucessor, Antonio José Fernandes de Oliveira, deu continuidade aos trabalhos de restauração, tendo Montenegro à frente dessa atividade.

Em seu primeiro relatório como chefe interino, em julho de 1892, Fernandes de Oliveira presta contas das atividades e faz referência aos trabalhos de restauração realizados por Montenegro, informando que ele teria finalizado o restauro de seis volumes da Coleção de Barbosa Machado. Como Menezes Brum, o novo chefe também tinha a preocupação de dar continuidade ao serviço, entendendo que para isto seria necessário capacitar outro funcionário (REGISTROS..., 1876-1899). As preocupações de Fernandes de Oliveira quanto ao risco de faltar um profissional para executar as atividades de restauração de estampas acabaram se concretizando. Em dezembro de 1892, Montenegro deixou a Seção de Estampas para trabalhar provisoriamente na Seção de Impressos, o que levou à interrupção dos trabalhos de restauração (REGISTROS..., 1876-1899).

A transferência de Montenegro para a Seção de Impressos, ao que parece, não se deu de forma definitiva ou brusca, pois no relatório de junho de 1893, o chefe substituto de Fernandes de Oliveira deixou registrado que o restaurador vinha fazendo com zelo e perícia a restauração do *Vocabulário Guarani*, de que ele foi encarregado (REGISTROS..., 1876-1899). Ainda assim, a saída de Montenegro da Seção de Estampas parece ter desestruturado a rotina dos trabalhos que estavam em andamento. Nos últimos relatórios de 1893, Fernandes de Oliveira comenta que Montenegro tinha interrompido a restauração da Coleção Barbosa Machado antes mesmo de ele assumir a chefia da seção, para se dedicar à restauração do referido vocabulário. No relatório de fevereiro de 1894, Fernandes de Oliveira dá conta da finalização do restauro do *Vocabulário Guarani*, concluído com a maior perfeição e delicadeza, mesmo em espaços e condições inapropriados, como os da Seção de Estampas, localizada em “dois pequenos aposentos situados no lugar mais alto e afastado do prédio, inteiramente acumulados de móveis para os diferentes misteres e de utensílios para os trabalhos propriamente artísticos” (OFÍCIOS..., 1893-1894).

Mesmo com os trabalhos de restauração suspensos, a preservação do acervo ganha novo impulso com a publicação do regimento da Biblioteca Nacional, através do Decreto nº 1766, de 8 de agosto de 1894, que criou o cargo de Conservador, representando um marco legal da presença deste profissional pela primeira vez nas bibliotecas públicas do Brasil. Ao Conservador cabia, além de examinar as obras

pedidas no final do dia, cuidar do serviço de encadernação e restauração dos livros, mapas, revistas e jornais (BRASIL, 1894).

A presença deste profissional remete à viagem de Ramiz Galvão pela Europa, que encontrou nas bibliotecas que visitou um conservador, dedicado à preservação do acervo. O primeiro empregado a ocupá-lo foi Carlos Peixoto, que, de 2º oficial, passou a conservador, em outubro de 1894 (OFÍCIOS..., 1893-1894).

No relatório do ano de 1896, endereçado ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Antonio Gonçalves Ferreira, o diretor da Biblioteca Nacional, Alexandre Teixeira de Mello (1895-1900), ao comentar o andamento dos trabalhos de encadernação, acabou por revelar a dimensão das dificuldades que este novo cargo de conservador e suas atribuições enfrentavam. Querendo explicar os motivos do decréscimo no número de encadernações realizadas em 1896 (223 obras) em relação às de 1895 (554 obras), Teixeira de Mello enfatizou o “aposento acanhado” onde as encadernações eram realizadas, repleto de jornais, revistas e brochuras esperando a encadernação. Além disso, apenas um funcionário, Carlos Peixoto, se encarregava do serviço, acumulando essa obrigação com outras tarefas que suas atribuições exigiam (OFÍCIOS..., 1895-1896). Não se tem nenhuma informação de como e onde essa atividade era realizada. Pelo tipo de obras citadas no relatório, a encadernação realizada por Carlos Peixoto consistiria em reunir em volumes jornais, revistas e trocar a brochura por uma encadernação simples, porém mais resistente. Um espaço como este não estava à altura de uma Biblioteca Nacional e nem das necessidades dos diferentes acervos que precisavam de encadernação, reencadernação ou restauração. Tanto que, neste mesmo relatório, ao tratar o item Conservação, Teixeira de Mello enfatizou que uma das necessidades mais sensíveis da repartição era uma Oficina de Encadernação e Restauração, repetindo as mesmas preocupações dos diretores que o antecederam, sobre o risco de obras deixarem o estabelecimento.

Apesar de todos os problemas enfrentados como a preservação do acervo, é desse período a única descrição encontrada de um processo completo de restauração de gravuras publicado nos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, de 1896. O texto relata a restauração de uma gravura, encontrada por Menezes Brum, em estado verdadeiramente lastimável e sem identificação alguma. Depois de esgotadas todas as possibilidades de identificá-la, resolveram restaurá-la, em seguida fotografá-la e encaminhar a reprodução para o sr. Georges Duplessis, conservador do Gabinete de Estampas da Biblioteca Nacional de Paris, autoridade competente nessa matéria. Sem mencionar quem teria participado a restauração desta obra, relata com detalhes o

processo de restauração empregado, que era, segundo ele, uma invenção do setor. Procederam assim, por estender uma folha de papel cartão umedecida sobre uma placa de vidro e iniciaram a lavagem, como dificuldade, por ser o papel antigo e estar muito danificado. Depois de vinte e quatro horas submerso em água encontraram uma massa sem forma e flácida. Com muito cuidado secaram entre mata-borrões e a colaram em um papel cartão usando a cola *Stickphast*, de origem vegetal. Terminado esta etapa, fizeram moldes para as “fendas e vazios” usando papel e a reintegração cromática no preenchimento das lacunas, utilizaram o nanquim para retocar “os claros” e por fim fotografaram a obra. Nestes *Anais*, são apresentadas as cartas trocadas com Duplessis e a resposta que tanto aguardavam: a peça encontrada foi identificada como sendo uma xilogravura atribuída ao artista italiano Boldrini, ou um de seus alunos, a partir de um desenho de Ticiano (CATÁLOGO..., 1896, p. 432).

Mesmo com o relato da experiência bem sucedida da restauração da gravura de Boldrini, Aurélio Lopes de Souza lamentava que, em 1897, nenhum serviço novo tivesse sido iniciado na sua seção e afirmou que, se pudesse, mandaria executar a restauração do acervo. O fato era que pelo Regulamento de 1894, que naquele momento o regia, não saberia como confiar a um amanuense, que tinha atribuições definidas, que passavam, segundo ele, “por atribuições especiais e de ordem intelectual, consignadas no regulamento”, a execução de um trabalho que exigia “antes de tudo habilidades manuais e artísticas, tanto para as gravuras como para as encadernações de impressos”. Sua responsabilidade em relação à preservação das estampas era visível, pois para ele, confiar a um amanuense da 3ª seção a restauração de uma estampa, era o mesmo que encarregar um funcionário da Seção de Impressos da encadernação de um volume, caso houvesse na Biblioteca Nacional uma oficina para este fim (REGISTROS..., 1876-1899). Montenegro e o conservador Carlos Peixoto estavam afastados dos trabalhos de restauração da Seção de Estampas, onde essa atividade estava suspensa desde 1893. Mas, em 1899, Montenegro volta para restaurar o segundo volume da Coleção Barbosa Machado (RELATÓRIO, 1900, p. 269). Um dos últimos registros dos trabalhos de Montenegro aparece em 1908, restaurando estampas para a na Exposição Nacional, “com a costumada perfeição” (A BIBLIOTHECA..., 1909. p. 671). Em 1911, Montenegro reapareceu na 4ª Seção (Moedas e Medalhas) restaurando papel-moeda. Após uma longa carreira na Biblioteca Nacional, Antonio Luiz Pinto Montenegro foi promovido a sub-bibliotecário em 1914 (A BIBLIOTHECA..., 1914. p. 670). Sua aposentadoria aconteceu alguns anos depois, em 1916, deixando vaga a função de restaurador (A BIBLIOTHECA..., 1917. p. 657).

Com o novo regulamento da Biblioteca Nacional, de 1911, o único funcionário com o cargo de Conservador da biblioteca, Carlos Peixoto, perdeu essa denominação e foi nomeado oficial, por Portaria de 13 de julho de 1911. Em 1918, Carlos Peixoto aparece como sub-bibliotecário (A BIBLIOTHECA..., 1919, p. 291), e pelos relatórios institucionais e até se aposentar nesse cargo, em maio de 1924, não se tem registro de seu trabalho de conservador ou restaurador como observado no século XIX (OS DECRETOS..., 1924, p. 2).

Ligados à conservação e restauração das obras de arte da Seção de Estampas, as lembranças de Montenegro e Carlos Peixoto foram gradativamente desaparecendo das rotinas da instituição. O tempo e o afastamento de suas atividades acabaram por silenciar suas lembranças. As alianças construídas em um outro período e o afastamento desses profissionais do trabalho de restauração constituíram elementos para um apagamento de suas memórias (POLLAK, 1992), que foram substituídas por novos empreendimentos na área da preservação, como a instalação da tão desejada oficina de encadernação em 1902

4. Oficina de Encadernação: uma mudança institucional na rotina dos trabalhos de encadernação e restauração a partir de 1902

Após a independência do Brasil, em 1821, a Real Biblioteca foi comprada pelo governo brasileiro e em 1824 passou a ser Biblioteca Imperial e Pública. Nesta nova fase, seu regulamento apresentava a lista dos funcionários que constava como “Bibliotecário ou Chefe” frei Antonio de Arrábida, seguido por um ajudante bibliotecário, três oficiais ajudantes, dois amanuenses, quatro empregados serventes e um livreiro encadernador, identificado como Silvino José de Almeida. Sob a responsabilidade do encadernador estava o trabalho de “executar o que do seu ofício lhe for mandado fazer, responder por tudo quanto pertence a sua ocupação, trabalho e oficina (RELATÓRIOS..., 1818-1832, p. 166). Este profissional era algumas vezes identificado, nos relatórios, como livreiro, porém, a descrição de suas atribuições não deixa claro em que medida ele atuava. Em 1831, Frei Arrábida ao encaminhar o orçamento à Assembleia Legislativa para o ano de 1832, cita como encadernador José Gomes da Silva Guimarães e solicita verba destinada a “despesas eventuais, ordinárias e miúdas, tendo por principal objeto a oficina do livreiro, e entrando o salário de dois pretos” (RELATÓRIOS..., 1818-1832, p. 55). Entretanto, em 1834, o livreiro encadernador será retirado da lista dos empregados da biblioteca, como atestam documentos entre os anos de 1853 e 1859 (OFÍCIOS..., 1853-1856, p. 301). A partir

de um levantamento realizado nos Livros de Fatura da Biblioteca Nacional, foi possível quantificar que, entre 1847 e 1902, cento e onze oficinas trabalharam encadernando, entelando mapas e em alguns momentos, restaurando livros para a instituição (SLAIBI, 2019).

A falta da oficina de encadernação era uma preocupação constante entre seus diretores, sobretudo com a segurança do acervo. Em trocas de ofícios que se sucederam, entre o Ministério da Justiça e Interiores e os diretores da biblioteca, em 1889, o diretor Saldanha da Gama escreve que não seria prudente confiar a encadernadores particulares “obras de grande valor pela sua raridade e ambicionadas por especuladores estrangeiros, que as podem desencaminhar da casa dos livreiros, sem esperança de se restaurarem; e quando tais obras, pelo desmancho em que se acham muitas delas, só devem ser consertadas, sob a imediata inspeção de pessoas entendidas na matéria” (OFÍCIOS..., 1889).

Ofícios desse teor foram se repetindo até que em 2 de julho de 1902 foi, finalmente, inaugurada a Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional, sob a direção de Cícero Peregrino (1900-1924). Embora não apareça no título do documento a referência de que esse setor também abrigaria a oficina de restauração, esta informação vai aparecer no corpo do texto, comunicando que naquele dia tinha sido inaugurada a “oficina de encadernação e restauração da biblioteca”, instaladas em duas salas construídas nos fundos do terreno da instituição (ATA..., 1902).

O maquinário e os materiais permanentes foram importados da Alemanha e incluíam máquinas de aparar, tesoura para papelão, máquinas de encaixe e prensa de ferro (RELATÓRIO, 1903, p. 358-359). Foi adquirida uma máquina de dourar, com tipos e ferros para a douração das encadernações de estilo mais moderno e outros para conservar “um caráter de antiguidade variável com a época a que pertencerem os livros a restaurar” (RELATÓRIO, 1904, p. 521-522).

Uma importante transformação aconteceu em relação à segurança do acervo, pois a contratação de oficinas de encadernação particulares deixaria de ser uma rotina institucional e passaria a ser uma exceção à regra, ou seja, as obras só deixariam a Biblioteca Nacional quando os empregados encadernadores não tivessem condições de encadernar e/ou restaurar por falta equipamentos e *expertise* que as obras exigissem.

A Oficina de Encadernação foi festejada e parecia ter atendido aos anseios dos chefes das seções, como Antônio Jansen do Paço, chefe da Seção de Manuscritos

entre 1890 e 1913; que sinalizou que sua instalação “veio trazer remédio” ao inconveniente de as obras deixarem o estabelecimento para serem restauradas e encadernadas “sem grave risco de extravio e sem infração do regulamento” (A BIBLIOTHECA..., 1904, p. 509). Pouco tempo depois, a Oficina de Encadernação foi transferida para a antiga casa da máquina de iluminação, que era um espaço maior que o anterior, possibilitou aumentar o número do mobiliário, dos materiais, sobretudo para a douração, com a aquisição de novos tipos, clichês e filetes, e também equipamentos maiores como máquinas de dourar, de cortar, de “ferver a cola, os componedores e alisar as folhas dos livros (ferro de alisar), da fábrica *Prometheus*”. A compra do ferro de alisar se justificava por ser ele utilizado numa das etapas de reconstituição dos volumes que estivessem danificados, consertando “as folhas a papel fino, e por sobre ellas fazendo passar aquecido o ferro de alisar” (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 398 e 415). Seu antigo espaço foi ocupado, em 1903, pela Oficina Tipográfica da biblioteca.

A Oficina de Encadernação não se limitava a reencadernar livros e encadernar brochuras e jornais. Ali eram preparados livros em branco, pastas, caixas de papelão, fichas para catálogos e para registro de periódicos, e com o passar do tempo lá eram restaurados os livros, entelados os mapas e feitos alguns consertos de estampas, e também dava-se apoio à Oficina Tipográfica em tudo que necessitasse (A BIBLIOTHECA..., 1922, p. 449).

Na primeira folha de pagamento da Oficina de Encadernação consta como chefe, Joaquim Gomes de Oliveira e o mestre Álvaro Meirelles dos Passos (FATURA, 1902).

Com a instalação da Oficina Tipográfica, foi criado o cargo de “Inspetor das Oficinas de Tipografia e Encadernação”. O major Tancredo Leal que era funcionário da biblioteca desde 1902, assumiu o serviço de Inspetor das oficinas de 1904 até 1905 (A BIBLIOTHECA..., 1905, p. 414). Tancredo Leal era tipógrafo, membro do Partido Operário Progressista (CANHENHO..., 1899, p. 2). Trabalharam também como Inspetor Técnico das oficinas Décio Augusto Rodrigues, de 1906 a 1910, Cândido Abreu, de 1910 a 1921, e Álvaro Meirelles dos Passos, de 1921 a 1931 (A BIBLIOTHECA..., 1903; 1907; 1911; 1921/1922). Subordinados ao cargo de Inspetor estariam os chefes da Oficina de Encadernação e da Oficina Tipográfica.

Álvaro Meirelles dos Passos foi talvez o empregado que mais tempo trabalhou na Oficina de Encadernação. Começou como mestre, em julho de 1902, tendo se afastado em janeiro de 1907 e retornado em julho de 1908, para ser promovido a

Inspetor das Oficinas de Encadernação e Tipografia em 1921, permanendo na função até se aposentar em 1931. Ao longo de sua vida profissional na Biblioteca Nacional recebeu as designações de mestre, chefe, mestre-dourador e inspetor das oficinas (FATURAS, 1902-1903). As informações sobre sua vida são poucas. Alguns jornais da época trazem notícias de que morava na rua Ypiranga, nº 96, e era casado com Ondina Meirelles dos Passos, com quem tinha filhos (REGISTRO...,1912). Até a década de 1930, Álvaro Meirelles dos Passos comandou uma equipe de encadernadores formada inicialmente por 8 empregados, chegando a ter quase 30 pessoas. Mas em média a oficina era composta por 15 encadernadores, 2 douradores e uns 10 aprendizes que fluuavam ao sabor das contratações e demissões (SLAIBI, 2019).

Apesar de a ata de inauguração da Oficina de Encadernação indicar que esta seria também uma Oficina de Restauração, mostrando que a atividade teria uma continuidade, a figura do profissional restaurador ainda era confusa e pouco definida na instituição. De um lado, o restaurador de obras de arte que trabalhava, na maioria das vezes, sozinho e dentro da Seção de Estampas, identificado como capacitado, habilidoso e artista, e por outro, os encadernadores, que atendiam a todas as seções, exercendo a função de restaurar alguns livros (reencadernação e reparos) e entelar mapas, mas sem estarem qualificados para este fim, como observado em diversos relatórios de chefes de seção.

Com a mudança da biblioteca para o novo edifício na Avenida Central, atualmente Avenida Rio Branco, em 29 de outubro de 1910, a Oficina de Encadernação foi instalada em um amplo salão, no primeiro andar, do lado esquerdo do prédio (A BIBLIOTHECA..., 1911, p. 393).

Mesmo contando com um número de empregados bastante significativo, e com uma equipe, já nessa época, mais estável, alguns problemas começavam a aparecer nos relatórios dos chefes de seção e do diretor. Ali ficavam registrados, em números, o volume de obras encaminhadas e as devolvidas pela Oficina de Encadernação. O atraso na devolução das obras passou a ser queixa constantes e geravam uma grande insatisfação entre as chefias das seções. Pelos relatórios, é possível observar, ao longo dos anos de funcionamento, uma tensão entre as oficinas e os demais setores da biblioteca.

Essa insatisfação recorrente acabou possibilitando a contratação de oficinas particulares em 1921. A fim de reforçar a necessidade dessas contratações, o relatório do diretor interino Aurélio Lopes de Souza, de 1921, apresentou um resumo dos

números de obras entregues para as duas oficinas, a da biblioteca e a particular, com uma observação sobre o desempenho das mesmas: “Dos enviados à oficina da casa, voltou para a seção a maior parte, dos entregues a particulares, todos foram devolvidos” (A BIBLIOTHECA..., 1921, p. 10).

Com o mesmo propósito de justificar a permanência das oficinas particulares na biblioteca, a diretoria, agora sob a gestão de Mário Bhering (1924-1932), travou uma batalha contra as oficinas da instituição usando os relatórios anuais como meio de divulgar seus argumentos e convicções apresentando e comparando em números o desempenho e os custos das oficinas e dos funcionários da instituição com as particulares. Não eram só as denúncias nos relatórios de Mário Bhering que ameaçavam a permanência da Oficina de Encadernação e a manutenção de seus operários. A análise feita a partir dos Livros de Faturas, em notas de compras de produtos e equipamentos destinados à oficina, deixa clara a intenção do diretor de extinguir o setor. É possível observar uma drástica diminuição de compras destinadas ao trabalho de encadernação e restauração. A média anual de fornecedores variava de 12 a 16 empresas, entre papelarias, farmácias para a compra dos produtos químicos, importadoras de papel, couro, maquinário e peças, padarias, que forneciam a farinha de trigo para a cola, e até criadores de galinhas que vendiam claras para o processos de douração. Após 1923, este número foi-se reduzindo, chegando a dois fornecedores: um importador e uma papelaria.

Mário Bhering, apoiado pelo ex-colega e diretor interino da biblioteca entre 1918 e 1919, Basílio de Magalhães, que nessa época era deputado federal, elaboraram um projeto de reforma da instituição que extinguiu suas oficinas. No dia 25 de setembro de 1925, o *Jornal do Brasil* publicou a notícia de um projeto defendido na Câmara dos deputados federais, que tratava da reforma da Biblioteca Nacional (A REFORMA ..., 1925, p. 2). Este projeto de reforma, não foi adiante e no lugar dele o governo assinou o Decreto nº 17.209, de 3 de fevereiro de 1926, que nada mudou na rotina das oficinas.

Mário Bhering voltou a expor seus motivos para o fechamento das oficinas, usando palavras mais duras em relação ao trabalho desenvolvido por elas durante o ano de 1926 (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1926, p. 14).

Diante de tantas e sucessivas ameaças de fechamento das oficinas, Álvaro Meirelles dos Passos, seu inspetor técnico (1921-1931), deixou registrado, como movimento de resistência, uma tímida observação ao final da folha que trazia a “Relação dos trabalhos executados na oficina de encadernação durante o mês de

março de 1927”: “Neste mês, não se entregou trabalho por faltar o material para os mesmos trabalhos que se acham em andamento” (RELATÓRIO CHEFES..., 1927).

Todos esses relatórios da diretoria e a redução drástica da compra de materiais para as oficinas durante a direção de Mário Bhering foram minando seu funcionamento e sua permanência, até que a batalha que vinha sendo travada entre eles deu a vitória para a diretoria, e as Oficinas de Encadernação e Gráfica foram definitivamente fechadas em 1931.

Sem voz dentro da instituição os operários das oficinas foram buscar ajuda nos jornais. Uma comissão formada por ex-operários das Oficinas de Encadernação e Gráfica da Biblioteca Nacional visitaram o jornal *Diário da Noite*, em 1931, para relatar os problemas que estavam passando com o fechamento das oficinas depois de 30 anos de trabalho. Foram solicitar a divulgação dos fatos e pedir apoio das autoridades para reverter a situação. A notícia da visita foi publicada em matéria do dia 17 de novembro, intitulada: “A Bibliotheca Nacional pode prescindir de encadernação própria? – Uma comissão de operarios dessa seção em visita ao *Diario da Noite*” (A BIBLIOTHECA..., 1931. p. 5).

Dias depois, em outra tentativa, uma comissão de funcionários das oficinas procura o jornal *A Noite* que publica a matéria “A extinção das oficinas graficas e de encadernação da Biblioteca Nacional – Um abaixo assinado dos funcionarios prejudicados”, o que permitiu aos operários apresentarem sua história, uma outra narrativa, que pôde ser contada aos leitores (A EXTINCCÃO..., 1931, p. 3). Os funcionários entregaram um memorial ao chefe do Governo Provisório, que havia se comprometido examinar o pedido da comissão para revogar o decreto que extinguiu as oficinas (A EXTINCCÃO..., 1931. p. 2). O próprio ministro da Educação teria dito à comissão dos operários que estava examinando cuidadosamente o caso, “a fim de se lhe dar solução definitiva”. Passado o encontro, e ainda sem uma solução, os operários voltaram ao Ministério da Educação para falar com o ministro Francisco Campos (PELO RESTABELECIMENTO..., 1931, p.1). Todo o esforço não foi suficiente para o reestabelecimento das oficinas. Desse modo, a equipe de encadernadores da Biblioteca Nacional foi distribuída para outros órgãos federais. Alguns com mais “sorte”, foram absorvidos pela própria instituição, outros nem tanto, foram designados para o estado do Pará, que na década de 1930, com os meios de transporte e comunicação ainda precários para aquela região do Brasil, era por si só uma aventura naquele recomeço.

As máquinas e equipamentos da extinta oficina da biblioteca foram doados para o Instituto de Surdos Mudos e a transferência de patrimônio foi realizada em maio de 1932 pela Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública (OFICIOS, 1932).

O que parecia se encaminhar para a formação de um núcleo de restauração com a criação das oficinas, em 1902, voltou a ser um trabalho voluntário e disperso. Depois da extinção e desmonte das oficinas, em 1931, os nomes dos alguns empregados associados à atividade de restauração foram aparecendo esporadicamente nos relatórios de chefias de acordo com a necessidade e oportunidade de realizá-lo no próprio setor. Naquele momento, as ações de preservação eram realizadas independentemente, divididas pelo setor de conservação, que se ocupava da limpeza e combate aos insetos bibliófagos e pelo trabalho de encadernação e restauração que voltou para as mãos dos encadernadores particulares e com eles as mesmas preocupações quanto à qualidade do trabalho e risco ao acervo.

5. A formação da equipe de restauradores e o funcionamento do Laboratório de Restauração entre 1948 e 1984

Ao assumir a direção da Biblioteca Nacional, em 1944, Rubens Borba de Moraes entregou ao ministro da Educação, Gustavo Capanema, em março de 1945 um contundente e franco relatório baseado em suas observações e convivência na instituição, sem poupar a qualidade do trabalho dos funcionários, a precariedade da estrutura física do prédio e o estado de conservação do acervo atingido pelo sol, chuva, insetos, além do roubo, do vandalismo e das deformações provocadas por encadernadores sem nenhum conhecimento.

Foi a partir dessa “radiografia institucional” que as coisas começaram caminhar através de contatos com outras instituições, sobretudo nos Estados Unidos, que proporcionaram uma parceria, que resultou em colaboração de técnicos de instituições americanas para estudar um plano de reforma e restauração para a biblioteca. A parceria foi feita com a American Library Association e a Rockefeller Foundation que enviaram especialistas no primeiro semestre de 1945 para, junto com Borba de Moraes, traçarem um plano para todos os serviços. Por indicação da American Library Association, William Jackson, diretor da Houghton Library, especializada em obras raras, da Universidade de Harvard, na Inglaterra, veio colaborar com o plano (MORAES, 1946, p. 2 e 4).

No entanto, já em 1945 o diretor Borba de Moraes antes mesmo da concretização de suas reformas estava em negociação com o Ministério da Educação para contratar um especialista em restauração, pela sua qualificação e experiência na área (OFÍCIO Nº 199, 1945, p.1). Diante da dificuldade de se contratar um restaurador, Borba de Moraes chegou a mencionar que o melhor a fazer era seguir as recomendações do bibliotecário inglês William Jackson e enviar as obras para a Europa a fim de serem restauradas (MORAES, 1946, p. 23-24). Contudo, esta possibilidade não foi adiante, mas ideias de contratar um restaurador da Itália eram sugeridas em relatórios de chefias, como observado no do chefe da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca, o historiador José Honório Rodrigues (Relatório chefes..., 1948, p. 6).

Com a saída de Borba de Moraes da direção, Josué Montello assumiu a biblioteca no período de 1948 a 1951. A partir da sua entrada a situação dos trabalhos de restauração começa a ganhar outra dimensão. É o início da instalação definitiva do Laboratório de Restauração e da presença de profissionais restauradores na instituição.

Todas essas inquietações dos diretores chegaram ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual IPHAN) e coincidiram com o retorno do professor e restaurador Edson Motta, em 1947, de um estágio em restauração de pintura no *Fogg Art Museum*, da Universidade de Havard. Naquele mesmo ano Edson Motta começou a organizar o Setor de Recuperação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN (CASTRO, 2012, p. 157). Embora sem uma formação específica na área da restauração de papel, Edson Motta foi convidado a sistematizar as atividades de conservação e restauração na Biblioteca Nacional, o que possibilitou a instalação do laboratório (MOTTA JR., 2018). A aquisição de materiais básicos para o seu funcionamento foi realizada em abril de 1948 (DESPESAS, 1948). Em seu relatório de novembro de 1950, Edson Motta reforçou a importância da instalação do Laboratório de Restauração, pensado para funcionar dentro das mais modernas técnicas observadas em seu estágio nos Estados Unidos, adotando uma metodologia científica em seu trabalho como restaurador, deixando para trás o empirismo que acompanhou a disciplina desde o século XIX (ANS, 1950, p. 1).

Influenciado pelas técnicas de restauração e pelos novos equipamentos americanos Edson Motta trouxe a informação de um aparelho para laminar documentos que utilizava acetato de celulose, papel japonês e calor, desenvolvido pelo conservador norte-americano William Barrow, aprovado pelo *National Bureau of*

Standards (NBS),¹ importante instituto americano de pesquisa para novos produtos, o que acabou facilitando sua exportação e a utilização de sua técnica, não só no Brasil, mas em diversos países como os Estados Unidos, a Bélgica e a França (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017, p. 2). Diante de importante tecnologia, Josué Montello autorizou a compra da laminadora *Barrow* em agosto de 1950 (OFÍCIO Nº 1457, 1950).

Naquele período as ações de preservação ainda eram realizadas por setores e decisões independentes, como o setor de Encadernação, responsável por encaminhar as obras para as oficinas particulares, o setor de Conservação, respondia pela higienização e desinfestação e o Laboratório de Restauração, que acabou ligado ao Setor de Obras Raras e Publicações e mais tarde ao setor de Microfilmagem (SLAIBI, 2019, p. 227).

Concluída a instalação do laboratório e já com os trabalhos de restauração em andamento, agora era preciso capacitar pessoas para formar uma equipe, que contou inicialmente com Ivan Serpa, Adalberto Barreto e Maria Pinheiro dos Santos.

Seguindo as poucas pegadas de Ivan Serpa através de documentos oficiais, jornais da época e depoimentos, foi possível acompanhar parte de sua atuação no Laboratório de Restauração. Sua primeira referência foi registrada por Lygia Cunha, chefe da Seção de Iconografia, em agosto de 1951, como sendo funcionário dessa seção, mas lotado no Laboratório de Restauração (RELATÓRIO CHEFES..., 1951). Ivan Serpa foi contratado como funcionário extranumerário para trabalhar seis horas diárias e executar o trabalho de banho, desmonte de livros, montagem e organização de cadernos dos livros, cujas folhas teriam sido laminadas (RELATÓRIO CHEFES..., 1954). Em 30 de maio de 1957, Ivan Serpa ganhou um prêmio de viagem à Europa no VI Salão Nacional de Arte Moderna (MAURÍCIO, 1957, p. 12). Em decorrência dessa temporada europeia de dois anos, Ivan Serpa pediu afastamento da biblioteca, porém seu retorno não foi registrado e até o momento não foi possível verificar sua volta à biblioteca. Ivan Serpa faleceu aos 50 anos, em 1973, deixando uma vasta e importante produção artística, mas pouca informação acerca de sua atividade como restaurador.

Entretanto, se as informações sobre Ivan Serpa como restaurador são escassas, mais difíceis ainda são as de Maria Pinheiro dos Santos. Lotada como funcionária no Laboratório de Restauração, Maria Pinheiro dos Santos começou a trabalhar em junho de 1953 como auxiliar de “banho, montagem e arrumação em cadernos das folhas já laminadas” (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1954, p. 2).

¹ Atual *National Institute of Standards and Technology*.

As referências de Adalberto Barreto foram sendo localizadas, como indica Jelin, em lembranças guardadas passivamente, informação arquivada na mente das pessoas, em registros, em arquivos públicos e privados (JELIN, 2002: 30). Uma das pegadas dessa narrativa partiu de um documento encontrado no Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, em 2015, assinado por Adalberto Barreto, datado de 1967, escrevendo sobre o desenvolvimento da Divisão de Bibliopatologia, da instituição, ou a criação do Instituto Tropical de Patologia do Livro ou Instituto Nacional de Patologia do Livro. Outro momento foi o contato com Cleide Barreto, filha de Adalberto Barreto, que entre recordações e histórias forneceu diversos artigos de jornais e revistas, fotos, telegramas que possibilitaram reunir pegadas e junto com os relatórios institucionais escrever parte dessa memória no campo da preservação.

Em uma de suas lembranças, Cleide Barreto contou que, em 1946, Adalberto Barreto trabalhava numa firma construtora e conservadora que fazia a manutenção do edifício da biblioteca durante a direção de Rubens Borba de Moraes. Por seu envolvimento não só com a manutenção do edifício, mas com a preocupação que demonstrava com relação à conservação do acervo, recebeu um convite do diretor para trabalhar na Biblioteca Nacional (BARRETO, 2016).

Parte dessa memória foi encontrada em periódicos como a matéria do *O Jornal*, de 1967, intitulada “Profissões sem concorrentes”, onde Adalberto Barreto relembrou esse momento inicial dizendo que o problema que mais o preocupava era o inseto e como encontrar uma solução para combatê-lo. Seus esforços para minimizar os riscos ao acervo associado ao seu empenho na manutenção do edifício foi um pulo para se interessar pela restauração (BELISLA, 1967, p. 2). Adalberto Barreto relatou “ter sido iniciado no assunto” pelo professor e historiador Marcelo de Ipanema pelo seu amor aos livros (TEMPO..., 1959, p. 1). O apoio de Marcelo de Ipanema foi importante para que ele seguisse em frente na determinação de buscar informações. Em um trecho do mesmo artigo, Adalberto Barreto disse que “imbuído da responsabilidade e dificuldade da tarefa procurou comunicar-se com várias bibliotecas da Europa e da América do Norte na busca do melhor método, da forma mais eficaz de iniciar o trabalho” (BELISLA, 1967, p. 2). Sem base técnico-científica, Adalberto Barreto passou a “corresponder-se com a Biblioteca de Roma, de Paris, e até com o Museu Britânico e o Museu do Vaticano, pedindo informações e esclarecimentos sobre o modo como desinfestar livros e documentos” (LIVRO..., 1958, p. 9). A informação chegou e “conforme a orientação recebida passou a usar uma estufa onde injetava o gás do sulfureto de carbono” por 48 horas. Foi através dessas correspondências que

Adalberto Barreto tomou conhecimento da existência do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma, o único lugar no mundo, segundo Adalberto Barreto, onde havia um curso especial para formar “médico de livros” (LIVRO..., 1958, p. 6).

Na entrevista ao *Diário Carioca*, Adalberto Barreto relembrou seu relacionamento com o amigo e restaurador Edson Motta, com quem foi trabalhar no laboratório. Segundo ele, “depois de três anos de trabalho juntos, Edson Motta entendeu que “o seu discípulo estava preparado para arcar com as responsabilidades de tão importantes funções”, e ele foi nomeado para a seção de restauração (TEMPO..., 1959, p. 11).

Influenciado pela linha americana de restauração trazida por Edson Motta, o laboratório seguia uma rotina de tratamento de livros e manuscritos que incluía como principal processo a laminação de papel pela laminadora *Barrow*. Esse equipamento foi utilizado em grande escala na Biblioteca Nacional entre 1951 e 1973. Pelos registros das atividades do laboratório foi possível aproximar um valor quantitativo de quatrocentas mil folhas laminadas pela laminadora *Barrow* (SLAIBI, 2019).

Outros procedimentos também faziam parte das atividades do laboratório e sempre que possível Adalberto Barreto fazia questão de comentá-las do modo mais científico possível. Em 1959, em entrevista ao *Diário Carioca*, ele apresentou algumas dessas atividades envolvendo o uso de microscópio, ficha técnica para o diagnóstico do estado de conservação e tratamento realizado, que consistia em banhos de cloro, tetracloreto de carbono, ácido gálico, além de outras substâncias, banhos de limpeza, banho com água destilada e carbonato para neutralizar a ação dos ácidos. Quanto à laminação em máquina especial (*Barrow*), explicava que a folha era submetida a uma temperatura de 180 a 200 graus centígrados durante 25 segundos. A seguir, eram prensadas, formados os cadernos e aparados (TEMPO..., 1959, p. 11).

Atento aos problemas de conservação do papel Adalberto Barreto se debruçava sobre algumas pesquisas no combate ao fungo e aos insetos. Muitos inseticidas tinham sido usados na biblioteca para conter os insetos bibliófagos e, naquele momento, o serviço de desinfestação de livros era realizado nas estufas com a aplicação de um gás a base de sulfureto (Timol). Segundo Adalberto Barreto, a metodologia de aplicação era resultado de pesquisas e experiências do laboratório. Sua metodologia teria interessado restauradores ingleses, que acompanhavam uma exposição no Brasil e suas informações foram encaminhadas à Inglaterra por intermédio do Conselho Britânico no Rio de Janeiro que acabou adotando o método naquele país (UM HOSPITAL..., 1955, p. 7). As pesquisas com os insetos também

fizeram parte da rotina de trabalho da Divisão de Bibliopatologia que, em 1977, mantinha “uma cultura artificial de brocas, para estudar seu comportamento, reprodução e efeitos nocivos sobre o papel” (VIEIRA, 1977, p. 15). Essa preocupação estava atrelada à convicção de Adalberto Barreto de que produtos químicos como o DDT e o Lindano² já não faziam efeito sobre os insetos bibliófagos (MÉDICO..., 1970, p. 3).

Apesar das dificuldades que enfrentava numa área ainda sem formação acadêmica e com reduzido acesso a novas pesquisas e tecnologias, Adalberto Barreto buscava informação através de revistas científicas que chegavam à biblioteca, como a editada pelo instituto italiano Alfonso Gallo. Naquela época, era uma das poucas no mundo especializada em restauração de papel. De acordo com Adalberto Barreto, era por elas que “seu pessoal mantinha em dia a evolução da ciência” (LIVRO..., 1958, p. 9). Publicado trimestralmente, o “*Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro*”, cujos exemplares da Biblioteca Nacional abrangem o período de 1947 a 1989,³ trazia diversos temas relacionados à conservação, à restauração e problemas decorrentes do ataque dos “inimigos” como o cupim, o fungo, o fogo e artigos sobre as novas tecnologias e procedimentos (BOLLETTINO, 1947-1989).

Essa aproximação com as publicações italianas e com suas ideias e pesquisas acabou motivando o diretor Celso Cunha a “organizar um ‘Serviço de Patologia do Livro’, com a amplitude e nos moldes do Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, de Roma – o mais especializado do mundo” (LIVRO..., 1958, p. 9). Assim, em 1959, elaboraram um projeto reestruturando o pavimento térreo para acomodar o Laboratório de Restauração, o Laboratório de Bibliopatologia, o Serviço de Biblioterapia e a Oficina de Encadernação.

Na tentativa de viabilizar a implantação do Serviço de Patologia foi publicado o Decreto 48.108, de 13 de abril de 1960, que criou a função de chefe da Divisão de Bibliopatologia. Nesse novo formato, Adalberto Barreto passou a exercer a função gratificada de chefe da Seção de Recuperação e Restauração (SRR), subordinado a essa divisão (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1960, p. 12). Cabia à Divisão de Bibliopatologia e à Seção de Recuperação e Restauração a realização de “pesquisas

² Lindano é um produto organoclorado que foi utilizado como inseticida em arquivos e bibliotecas, até ser proibido em todo o território nacional sua comercialização e distribuição, em 1985, pela Portaria nº329 de 2 de setembro (ALMEIDA; BOJANOSKI, 2009, p. 391). São também organoclorados o BHC, DDT, Lindane e o Pentaclorofenol. Estes produtos são persistentes em água, ar, sedimento e solo, provocando toxicidade aguda e crônica para seres humanos e animais (ANVISA, 2018).

³ Esse boletim, na década de 1950, passou a se chamar *Bollettino dell’Istituto di Patologia del Libro Alfonso Gallo* e, mais tarde, na década de 1970, *Bollettino dell’Istituto Centrale per la Patologia del Libro Alfonso Gallo*.

de bibliopatologia tropical; o estudo dos problemas inerentes à estrutura, gênese e alterações nos materiais de confecção dos livros, a mobilização de meios de prevenção e de combate contra os agentes deterioradores, a operação de restauração de toda sorte de material bibliográfico, pelos processos modernos” (SESQUICENTENÁRIO..., 1960, p. 59).

Todo esse empenho o levou a assumir, em 1962, a Divisão de Bibliopatologia, ficando também responsável pelos trabalhos do Laboratório de Restauração (RELATÓRIO CHEFES..., 1962, p. 8).

Uma das estratégias encontradas para dinamizar sua divisão, capacitar pessoas e difundir seus conhecimentos era através de consultorias que Adalberto Barreto fazia via telefone, através de cartas e visitas que recebia para orientação sobre conservação e restauração, projetos e consultorias para montagem de laboratórios de restauração, além de aulas que ministrava em várias instituições de ensino e de guarda de acervos culturais (RELATÓRIO CHEFES..., 1965-1973).

Num movimento de retorno aos documentos encontrados no Laboratório de Restauração, em 2015, esse momento da narrativa permitiu contextualizá-los. Um dos documentos era uma solicitação de apoio a já criada Divisão de Bibliopatologia e os demais documentos, datados de 14 de setembro de 1967, eram parte do material didático utilizado por Adalberto Barreto em suas aulas sobre conservação e restauração no curso “Patologia do Livro”. Isso reforçava sua intenção de implantar o conceito e a ideia do Instituto Alfonso Gallo de que o livro deveria ser visto como objeto vivo e passível de doenças que o deterioram (RELATÓRIO CHEFES..., 1967, p. 1). Adalberto Barreto lecionou no curso de Biblioteconomia da BN, Curso de Biblioteconomia de Campinas, Arquivo Nacional, Museu Histórico Nacional, Fundação Getúlio Vargas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Escola de Artes Gráficas de Montevideo, dentre outras (SLAIBI, 2019, p. 264).

Além do reconhecimento de Adalberto Barreto como professor de restauração, sua autoridade de “médico dos livros e artista” o acompanhou por toda vida profissional, sobretudo nas entrevistas publicadas em artigos de jornais e revistas, quando estes se referiam ao trabalho de restauração do “mestre e doutor” (BIÓLOGOS..., 1961, p. 2).

A definição “Le médecin du livre, c’est le restaurateur” é de Ris-Paquot, ele mesmo pintor, historiador e restaurador que escreveu a obra *Guide pratique du restaurateur-amateur de tableaux, gravures dessins, pastels, miniatures, etc. Reliures*

et livres, em 1890, onde dizia que era à sua arte que recorreríamos para remediar todos os males que fossem impostos às obras de arte (RIS-PAQUOT, 1890, p. 220).

Assim, se a comparação do restaurador ao médico ligava a imagem do livro ao paciente, o laboratório de restauração era entendido como um hospital como verificado em artigos e entrevistas com Adalberto Barreto. Com o sugestivo título “Um hospital de livros na Avenida Rio Branco”, o *Tribuna da Imprensa* publicou, em 1955, uma matéria apresentando o laboratório e os processos de restauração como uma possibilidade de tratar os males que atingiam o papel (UM HOSPITAL..., 1955, p. 7). A matéria “Livro doente tem hospital: é no porão, mas cura”, Adalberto Barreto explicou aos leitores do *Jornal do Brasil* que para ser “médico de livro era preciso saber química, conhecer os vários tipos de tinta de impressão, entender de entomologia (vida dos insetos) e saber tudo acerca de papel, desde sua fabricação até a enorme variedade empregada na confecção de livros desde os tempos mais antigos.” Para ele, “só não precisava de diploma de doutor” e o único lugar no mundo onde havia curso especial para formar “médico de livros” era o Instituto de Patologia do Livro Alfonso Gallo, em Roma. (LIVRO..., 1958, p. 9). Em 1961, o *Jornal do Commercio* publicou a matéria “Clínicos e cirurgiões no alegre hospital do livro”, apresentando os “cirurgiões plásticos” da biblioteca que “em seus aventais brancos, como verdadeiros médicos de livros, os funcionários da SRR trabalham sobre preciosidades” (MIRANDA NETO, 1961, p. 7).

Contudo, Adalberto Barreto costumava dizer que não precisaria existir restaurador se houvesse mais técnicos em conservação. Para ele, a “medicina preventiva” era mais importante que o tratamento interventivo, assim como a higiene e a conservação eram ações fundamentais para a preservação das obras (MÉDICO..., 1970, p. 3).

Todas essas publicações apresentavam Adalberto Barreto como um profissional dedicado a salvar livros e documentos. Nas entrevistas, “o doutor ou professor” Adalberto Barreto, autodidata como gostava de dizer, fazia questão de explicar a arte e a ciência das etapas da restauração, seus desafios, conquistas, pesquisas para combater os insetos bibliófagos, a adoção e a implementação de novas tecnologias e, sobretudo, como a restauração era uma área interdisciplinar que só se desenvolveria com o apoio de instituições ligadas à pesquisa científica.

Com a entrada de Jannice Monte-Mór na direção da Biblioteca Nacional, em maio de 1971, algumas mudanças atingiram diretamente o Laboratório de Restauração.

Um relatório apresentado ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, sobre seu trabalho de três meses à frente da instituição apontava a necessidade de ter pessoal especializado para a oficina de encadernação, cientista (entomologista ou biologista) para chefiar a “Seção de Ciências Aplicadas da Divisão de Bibliopatologia”, e reforço de pessoal especializado para esta divisão (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971, p. 2).

Jannice Monte-Mór montou um plano de preservação que incluía a assistência e supervisão do Instituto de Biologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a contratação de técnicos especializados em expurgo e imunização (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1971). Ela assinou um convênio com a UFRRJ para apoio a um projeto de conservação e restauração como a coordenação do professor Charles F. Robbs, com a colaboração dos professores Cincinato R. Gonçalves, Celso Luiz Contardo da Fonseca e Otto Gottlieb, abrangendo, respectivamente, as áreas de fitopatologia, entomologia, bioquímica e química orgânica (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1976, p. 10). Este projeto foi apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em julho de 1975, o que seria o “Projeto de pesquisa para a Conservação (Preservação e Restauração) do material bibliográfico da BN”, contemplando um plano de pesquisa e estudo químico e bioquímico de agentes patogênicos em documentos bibliográficos e análise dos defensivos (FONSECA, 1976, p. 5).

Foi criado, naquele período, o Grupo-Tarefa, que tinha como objetivo repensar a instituição em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas, onde a preservação se encaixava e englobava em suas discussões propostas para restauração, encadernação, microfilmagem e desinfestação (RELATÓRIO DIRETORIA..., 1973, p. 10-13). Um dos resultados desse trabalho foi a troca de correspondência com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre apoio técnico, o que permitiu a consultoria da restauradora italiana Maria Di Franco Lilli, da Biblioteca Vallecilliana, de Roma, que permaneceu quinze dias no Brasil visitando o Arquivo Nacional, proferindo conferência no Ministério da Educação e Cultura (MEC) e observando detalhadamente a situação da Biblioteca Nacional. A visita à biblioteca acabou possibilitando o oferecimento de duas bolsas de estudo no Instituto Central de Patologia do Livro Alfonso Gallo e um relatório em que a restauradora avaliou a formação de pessoal e a necessidade de trabalhar sob orientação científica, sugerindo que envolvessem químicos e biólogos em estudos científicos na área da preservação de acervos (ANS, 1975, p. 2). Ao avaliar o

laboratório Maria Di Franco Lilli fez questão não só de deixar registrado o limitado espaço em que se encontrava e a defasagem tecnológica dos equipamentos, como fez também uma crítica à conduta profissional de Adalberto Barreto pelos métodos empíricos de trabalho e o emprego da laminadora *Barrow* (DI FRANCO LILLI, 1975, p. 205).

Em decorrência dessa visita e do relatório final de Maria Di Franco Lilli, as duas bolsas de estudos para capacitar a equipe de restauradores foram oferecidas às bibliotecárias Cely de Souza Soares Pereira, que trabalhava na Seção de Publicações Oficiais e Gilda Lefebvre de Oliveira Neves, da Seção de Referências (PEREIRA, 2018). A programação do curso incluía estágios e visitas, aulas teóricas de Biologia, Física e Química, voltadas para a conservação e restauração de documentos (PEREIRA, 1975, p. 4 e 9). Pouco tempo depois de seu retorno da Itália, Cely Pereira assumiu a chefia da Seção de Obras Raras e se aposentou nessa função em 1983. Gilda Lefebvre foi trabalhar no Laboratório de Restauração com Adalberto Barreto (PEREIRA, 2018).

Afastado das salas de aula, dos jornais e da possibilidade de se capacitar, depois da visita de Maria Di Franco Lilli, Adalberto Barreto se aposentou no final da década de 1970. Com sua aposentadoria, Gilda Lefebvre assumiu a Seção de Preservação e Restauração e teve como missão apresentar um estudo para o projeto de “Reforma e Reequipamento do Laboratório da Seção de Preservação e Restauração da Divisão de Conservação” (LEFEBVRE, 1978, p. 1-10). Neste estudo, a laminadora *Barrow*, que foi apontada como uma técnica ultrapassada, por Maria Di Franco Lilli, foi desativada e caiu em desuso (SLAIBI, 2019, p. 276).

Sua preocupação com a disseminação do conhecimento como um modo de estimular a conservação dos acervos, e com a formação de novos restauradores, motivou Gilda Lefebvre, assim como Adalberto Barreto, a reunir textos elaborados para “breves cursos de restauração de papel”. A partir desse material, ela organizou o manual “Restauração de Livros e Documentos”, em 1981, que tratava dos agentes de degradação, conservação, restauração e encadernação (LEFEBVRE, 1981, p. 1-79). Pouco tempo depois, em fevereiro de 1982, Gilda Lefebvre se aposentou e o laboratório encerrou suas atividades de restauração.

O Laboratório de Restauração da Biblioteca Nacional, que foi referência no tratamento de acervos em papel, local de interesse de estudantes, pesquisadores, leitores e jornalistas entre as décadas de 1950 e 1970, permaneceu fechado e suas atividades suspensas até meados da década de 1980.

Somente em 1984, Cely Pereira foi convidada para coordenar o Centro de Pesquisa e Treinamento em Papel (PEREIRA, 2018). Durante a “Primeira Mesa Redonda Interamericana de Centros de Excelencia em el Campo de la Conservación de Papel y Material Fotográfico”, em Santo Domingo, na República Dominicana, em 1987, Cely Pereira, apresentou um sucinto relato desse momento crítico da restauração na Biblioteca Nacional. De acordo com ela, em 1982, a biblioteca aprovou um novo regimento pela Determinação nº 47 que criou o Centro de Pesquisa e Treinamento em Papel, “ao qual estavam subordinados o Laboratório de Restauração e a Oficina de Encadernação”, todos ligados à Coordenadoria de Restauração e Microrreprodução. Nesse mesmo ano, iniciou-se a montagem do laboratório com a aquisição de equipamentos e materiais (PEREIRA, 1987, p. 6-7).

Esse novo projeto, apresentado por Cely Pereira, é que deu início ao que hoje representa a Coordenadoria de Preservação, responsável pelo Laboratório de Restauração e pelo Centro de Conservação e Encadernação da Biblioteca Nacional.

Considerações finais

A preocupação com a preservação do acervo, sobretudo no combate aos insetos bibliófagos, estava presente desde a formação da biblioteca. Entretanto, desde a primeira instalação do modesto espaço de trabalho no setor de Estampas, ainda no Largo da Lapa, em 1882, e a instalação do primeiro laboratório nos moldes científicos em instituições públicas nacionais, em 1948, a preocupação dos diretores e funcionários era restaurar as gravuras do acervo, e não os livros. A oficina de Encadernação, criada em 1902 para encadernar e restaurar os livros, não chegou a capacitar profissionais para assumirem plenamente as atribuições da restauração. A separação entre os profissionais que atuavam na preservação da instituição era bastante significativa, colocando em diferentes posições o encadernador, o conservador e o restaurador, com ações isoladas para uma mesma causa, a preservação.

A falta de integração entre os profissionais contribuiu para a criação de ações isoladas e intermitentes na instituição, fragilizando a estabilidade de alguns setores, não favorecendo a consolidação desses campos de preservação, possibilitando o surgimento de conflitos de interesse, acirrando relações e contribuindo para o desaparecimento de alguns desses setores e de suas memórias. Memórias que, para Pollak, caracterizam-se por se articularem com as representações coletivas que

acabam determinando alianças, conflitos, identificações ou afastamentos entre grupos sociais (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Nesse campo flutuante, as memórias do profissional Antonio Montenegro e suas atividades como restaurador surgem como nossa primeira referência. Trabalhando prioritariamente com as obras de arte da seção de Estampas, sem se envolver com a restauração de outros acervos, Antonio Montenegro permaneceu nos relatórios das chefias e na atividade até os trabalhos de restauração serem, aos poucos, direcionados para a Oficina de Encadernação, a partir de 1902. A saída de Montenegro dessa atividade paralisou os trabalhos de restauração de obras de arte. Sem investimento na área, não se chegou a estabelecer um trabalho sistematizado e nem uma equipe que pudesse substituí-lo. A instalação da Oficina de Encadernação rapidamente ocupou o lugar de destaque na preservação com seus mais de vinte profissionais, entre eles, encadernadores, mestres, auxiliares e douradores. O encadernador Álvaro Meirelles foi o profissional que por mais tempo comandou a equipe da Oficina de Encadernação. A oficina foi posteriormente desativada por conflitos com a direção, mas aparece nas memórias institucionais, ancorada nos registros acerca de sua instalação. Após a redistribuição de seus encadernadores para outras instituições públicas, as lembranças em torno de suas atuações profissionais na Biblioteca Nacional desapareceram. Foram apagadas da memória da instituição, que não inclui em suas publicações referência sobre o grupo de profissionais, mas apenas a criação física do espaço da oficina.

Após um momento de ausência nos investimentos para a preservação do acervo, um novo evento marca a memória da área na instituição: a criação do Laboratório de Restauração pelo professor e restaurador Edson Motta. Embora sua atuação tenha ocorrido por um curto período de tempo, entre 1948 e 1953, foi em torno dessas lembranças que a memória da restauração institucional foi edificada, como observado nas publicações e depoimentos mencionados.

Com a consolidação da equipe de restauração, o nome de Adalberto Barreto surge como o profissional que por mais tempo comandou o Laboratório de Restauração. Sua formação profissional aliada à sua percepção, embora longe dos padrões acadêmicos atuais, possibilitou o desenvolvimento de técnicas e métodos, e fez com que ele se destacasse em sua área. Suas lembranças foram silenciadas pela memória institucional, ocasionada por um conflito de ideias e visões por parte da direção. Sua saída e o não investimento nos profissionais do Laboratório de Restauração paralisaram os trabalhos. A lacuna que sucedeu a este momento foi

capaz de esconder essas memórias e construir uma memória coletiva em torno da ideia de que o Laboratório de Restauração, ao ser reativado em 1984, estaria sendo criado, em moldes científicos, naquele exato momento. Foi criado um marco na memória institucional, em que o novo laboratório, amparado pela ciência, havia sido inaugurado tendo por base os conhecimentos adquiridos no Instituto Alfonso Gallo.

As influências de um pensamento preservacionista e práticas das ações de conservação e restauração vão se apresentando com as informações trazidas por Ramiz Galvão de sua viagem à Europa e em alguns relatórios de chefias que ao definirem equipamentos e práticas no trabalho de restauração se aproximam das publicações europeias indicando que poderiam ter se utilizado destas referências. Com o estabelecimento do Laboratório de Restauração e da consolidação da equipe, na década de 1940, foi possível perceber influências americanas nas práticas das ações de restauração. Teorias e práticas que foram se aproximando do pensamento do Instituto Alfonso Gallo, em Roma, na Itália, que entendia o livro como um paciente patologicamente comprometido e que precisava de ações interdisciplinares para tratá-lo.

Na reelaboração das memórias dos profissionais da preservação da Biblioteca Nacional dos séculos XIX e XX, evidenciamos que foi justamente nas maiores lacunas encontradas entre as datas consagradas na memória institucional que os profissionais da área mais se empenharam em projetar a instituição.

Revelamos que foi nesses momentos apagados pela memória que os profissionais mais buscaram se apoiar em práticas e ações orientadas por pensamentos internacionais, possibilitando o crescimento da restauração e contribuindo para fortalecer a Biblioteca Nacional enquanto instituição disseminadora de uma cultura preservacionista no âmbito dos acervos bibliográficos no Brasil.

Depoimentos

BARRETO, Cleide. Cleide Barreto: depoimento [4 out. 2016]. Entrevistadoras: Thais Helena de Almeida Slaibi e Vera Mangas. Rio de Janeiro, 2016. Registro manuscrito.

CUNHA, Waldir. Waldir Cunha: depoimento [15 maio 2016]. Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2016. Registro manuscrito.

MOTTA Jr., Edson. Edson Motta Júnior: depoimento [25 ago. 2018] Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2018. Registro manuscrito.

PEREIRA, Cely de Souza Soares. Cely de Souza Soares Pereira: depoimento [08 nov. 2016 e 22 jun. 2018] Entrevistadora: Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro, 2016 e 2018. Registro manuscrito.

Referências

- ALMEIDA, Thais Helena de, HANNESCH, Ozana; POZI, Renata Amorim. Laminadora Barrow: Uma promessa para 500 anos que não se cumpriu. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO, 4., 2017, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2017. p. 229-235.
- CARVALHO, Gilberto Vilar. de. Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. Do Restaurador de quadros ao Conservador-Restaurador de Bens Culturais: O Corpus Openrandi na administração pública brasileira de 1855 a 1980. 2013. 257f. Tese (Doutorado em Artes) Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2013.
- DI FRANCO LILLI, Maria. Conservação e restauração: problemas da Nacional do Rio de Janeiro. R. Bibliotecon., Brasília v. 3, n. 2, p. 199-209, jul./dez. 1975.
- FONSECA, Celso Luiz Contardo da. Estudo químico e bioquímico de agentes patogênicos em documentos bibliográficos – análise dos elementos. Seminário de Conservação e Restauração. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3., Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1976. p. 851-859.
- JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid, Siglo XXI. 2002.
- LEFEBVRE, Gilda. Restauração de Livros e Documentos. Rio de Janeiro, 1981. (Cópia xerográfica).
- LIMA, Gilvânia Faria de. Os desafios da preservação e exposição de obras de arte: o caso do acervo Piranesi na Biblioteca Nacional. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.
- PEREIRA, Cely de Souza Soares. A Coordenadoria de conservação e restauração da Biblioteca Nacional (síntese). In: Mesa redonda interamericana de Centros de Excelencias en el Campo de la Conservación de papel y Material Fotográfico, 1., 1987, Santo Domingo. Anais... República Dominicana, 1987
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 212, 1992.
- RIS-PAQUOT. Guide pratique du restaurateur-amateur de tableaux, gravures dessins, pastels, miniatures, etc. Reliures et livres... . Paris: Henri Laurens, 1890.
- SCHWARCZ, L. M. A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SLAIBI, Thais Helena de Almeida. Memórias dos Conservadores, Restauradores e Cientistas na Preservação do Acervo da Biblioteca Nacional: de 1880 a 1980. 2019. 369f. Tese (Doutorado em Memória Social) Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

Periódicos

- A EXTINÇÃO das oficinas graphicas e de encadernação da Bibliotheca Nacional – Um abaixo assignado dos funcionarios prejudicados. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.3, 19 nov. 1931.
- A REFORMA da Bibliotheca Nacional – Um projecto hontem defendido na Camara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 25 set. 1925.
- BELISLA. Um médico de livro. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 2, 1967.
- BIÓLOGOS e Naturalistas para defender os livros. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 13 jan. 1961.
- BOLLETTINO DELL ISTITUTO DI PATOLOGIA DEL LIBRO ALFONSO GALLO. Roma, 1947-1989. Trimestral.

CANHENHO Carioca. Cidade do Rio, Rio de Janeiro, p. 2, 8 dez. 1899.

IDENTIFICAÇÃO salva Biblioteca Nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 40, 24 mar. 1968.

LIVRO doente tem hospital: é no porão, mas cura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno 2, p. 6, 9, 28 out. 1958

MAURÍCIO, Jayme. Distribuídos os prêmios do VI Salão Moderno. Viagem ao estrangeiro para Ivan Serpa e Darel Valença. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Caderno 1, p. 12, 31 maio 1957.

MÉDICO de livros ensina como tratar “os doentes”. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 mar. 1970.

MIRANDA NETO. Aventura e drama do livro no Brasil (III): Clínicos e Cirurgiões no alegre hospital do livro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 7, 22 nov. 1961.

OS DECRETOS assignados no despacho colectivo de hontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 22 maio 1924.

PELO RESTABELECIMENTO das oficinas da Bibliotheca Nacional – O ministro Francisco Campos prometeu interessar-se pelo caso. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 12 dez. 1931.

REGISTRO cível: casamentos, nascimentos e obitos. 4ª pretoria cível. *Jornal do Brasil*, p. 11, 8 set. 1012 REGISTROS...,1876-1899).

TEMPO contra livro: Restaura seus livros a Biblioteca Nacional. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p.1 e 11-13, jul. 1959.

UM HOSPITAL de livros na Avenida Rio Branco. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1.713, p., 17, 15 ago. 1955.
(BRASIL, 1907).

VIEIRA, Humberto. Há 32 anos Adalberto Barreto mantém um verdadeiro hospital de livros na Biblioteca Nacional. *Revista Fatos e Fotos*, Brasília, n. 804, ano 26, p.14-15, 16 jan.1977.

Fontes Primárias

Biblioteca Nacional

A BIBLIOTHECA Nacional em 1903-1930: Relatório. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 26-52, 1904-1938.

ATA de instalação da oficina de encadernação da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, 1902. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos

CATÁLOGO da exposição História do Brasil. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 63-1612, 1881-1882.

CATÁLOGO da Exposição permanente dos cimélios. *Annaes da Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro*, v. 11, 1883-1884.

CATÁLOGO dos retratos colligidos por Diogo Barbosa Machado. IV. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 334-451, 1886.

CONTAS. Rio de Janeiro, 1865-91. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos

FATURAS. Rio de Janeiro, 1902-1903. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate. Estudo bibliográfico, *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 12, 1884-85.

LEFEBVRE, Gilda. Estudo para reforma e reequipamento do laboratório da Seção de Preservação e Restauração da Divisão de Conservação. Rio de Janeiro, 12 maio 1978. Coleção Biblioteca Nacional. Laboratório de Restauração.

MORAES, Rubem Borba de. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1946. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

OFÍCIO Nº 1457, 3 ago.1950. In: Correspondência recebida. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1950. Divisão de Manuscritos.

OFÍCIO Nº 199. ago. 1945. In: CORRESPONDÊNCIA expedida. Rio de Janeiro, 1945. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

OFÍCIOS. Ofício nº 513, 19 mar. 1892. Rio de Janeiro, 1882-1893. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

PEREIRA, Cely de Souza Soares. *Relatório de viagem*. Instituto Alfonso Gallo, Roma. Itália. 1975.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1882-1888. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. 1927-1948. Divisão de Manuscritos.

RELATÓRIO CHEFES de Seção. Rio de Janeiro. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Iconografia. 1951-1973.

RELATÓRIO DIRETORIA Geral. Rio de Janeiro, 1920-1978. Coleção Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos.

_____. 1900-1904. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. v. 23-27, 1901-1905.

RELATÓRIOS..., 1818-1832, p. 166

SESQUICENTENÁRIO, 1810 -1960. In: *Guia da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1960.

Arquivo Nacional

OFÍCIOS DO BIBLIOTECÁRIO. 1853-1856. Série Educação, Bibliotecas, Museus- IE7, nº 29, Ministério do Império-Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).

OFÍCIOS DO DIRETOR. 1889. Série Educação, Bibliotecas, Museus- IE7, nº 56, Ministério do Império-Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).

_____. 1893-1894. Série Educação, Bibliotecas, Museus- IE7, nº 99. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).

OFÍCIOS DO DIRETOR e relatórios. 1895-1896. Série Educação, Bibliotecas, Museus- IE7, nº 100, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Biblioteca Nacional. Arquivo Nacional (Brasil).

RELATÓRIOS E OFÍCIOS do Ajudante Bibliotecário. 1818-1832. Série Educação, Bibliotecas, Museus- IE7, nº 25, Ministério do Império-Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Arquivo Nacional (Brasil).

Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES

OFÍCIOS. Ofício nº 51, 9 maio.1932. In: Correspondência recebida. Rio de Janeiro. Coleção Instituto Nacional de Educação de Surdos. 1932. Arquivo Histórico.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

ANS. Centro de Restauração de Bens Culturais. Relatório sobre as atividades do Laboratório de Restauração da Biblioteca 1948-1950, Rio de Janeiro, 06/11/1950. Caixa 11, Pasta 03, Envelope 05.

_____. Biblioteca Nacional – Ata da 1ª reunião do Sub-grupo de Restauração, 1975, Rio de Janeiro, 05/11/1975. Caixa 11, Pasta 03, Envelope 06.

Documentos disponíveis na internet

BRASIL. Decreto nº 1766, de 8 de agosto de 1894. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1766-8-agosto-1894-517465-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

GALVÃO, Ramiz. Bibliotecas Públicas da Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado e Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 1875, anexo D.

Data de recebimento: 23.07.2019

Data de aceite: 15.08.2019